



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Velhice e processos de envelhecimento

Velhice e os processos de envelhecimento: quais as demandas para os pesquisadores dos Serviço Social?

Laura Novelli¹
Mabel Mascarenhas Torres²

Resumo.

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre agosto/2022 e julho/2023. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada nos Anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, ocorrido em 2019, que investigou os processos de envelhecimento e sua relação com o Serviço Social. Quanto aos resultados destacam-se: o entendimento de que os processos de envelhecimento são heterogêneos, fundamentados nas relações de classes, gênero e raça estabelecidas no contexto sócio-histórico constitutivo da sociedade capitalista; a proteção e os cuidados de longa duração como desafios para as políticas sociais.

Palavras-chaves: Serviço Social; Processos de Envelhecimento; Velhice; Proteção Social

Abstract:

This article presents the results of an undergraduate research project carried out between August 2022 and July 2023. It is a qualitative study, carried out in the Proceedings of the III International Congress on Social Policy and Social Work, held in 2019, which investigated the processes of ageing and their relationship with Social Work. The results highlight: the understanding that ageing processes are heterogeneous, based on class, gender and race relations established in the socio-historical context of capitalist society; protection and long-term care as challenges for social policies.

Keywords: Social Work; Aging Processes; Old Age; Social Protection

Translated with DeepL.com (free version)

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca da velhice e dos processos de envelhecimento vem ganhando a pauta de discussões entre pesquisadores da área do Serviço Social. Envelhecer é uma

¹ Estudante de graduação do curso de Serviço Social – e-mail: laura.noveli.ferreira@uel.br

² Docente do Departamento de Serviço Social – UEL –doutora em Serviço Social. E-mail: mmtorres@uel.br



realidade em todos os continentes, dado o aumento da longevidade, associado ao acesso as políticas sociais, o investimento na produção de medicamentos, a expansão do saneamento básico, fatores que contribuíram para desacelerar os processos de degerescencia da população. No Brasil, os dados do censo de 2022, são reveladores quanto ao aumento da população idosa brasileira e a necessidade preemente de investimentos para o atendimento das pessoas idosas. As políticas de proteção e cuidados voltadas a população longeva apresenta características singulares, dada a complexidade das demandas e prestação de serviços necessárias para tal atendimento. Sendo assim, para a realização do atendimento a referida população, a presença de uma equipe multiprofissional é essencial, destacando aquelas vinculadas as políticas de saúde, assistência social, habitação, educação, previdência social, trabalho, entre outras. Um dos profissionais que participa da equipe é o/a assistente social, que atua planejando, executando, avaliando as demandas apresentadas pela população idosa e seus familiares, bem como executando a prestação de serviços vinculadas as políticas sociais. É no decorrer do seu trabalho cotidiano que as assistentes sociais passam a atender às múltiplas demandas decorrentes das necessidades vivenciadas pela população idosa, quer seja pela sua condição socioeconômica, pelos agravos decorrentes da perda da autonomia associada a degenerescencia, quer seja pelas complexas relações de cuidados que interferem na convivência familiar, social e comunitária. As assistentes sociais são reconhecidas como o técnico de referência, sendo responsável pela organização das ações e atividades voltadas a identificação das condições objetivas de vida das pessoas idosas e sua família, pela realização das orientações e encaminhamentos a rede de proteção, atendimento especializado voltado aos cuidados de longa duração, pela busca ativa dos idosos através do atendimento social domiciliar, pelo planejamento e realização do diagnóstico socioterritorial, bem como no reconhecimento das demandas presentes no território.

Neste sentido, é essencial que assistentes sociais aprofundem seus conhecimentos sobre a população idosa, os processos de envelhecimento, no sentido de entender o significado de envelhecer na sociedade capitalista. Uma das possibilidades de conhecer foi a realização da pesquisa de iniciação científica, denominada: “Velhice e processos de envelhecimento: quais as demandas para o Serviço Social?”

A pesquisa apresenta como objetivo geral: conhecer os temas pesquisados pelos autores publicados no Anais da terceira edição do Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, e os objetivos específicos, identificar os estudos sobre os processos de envelhecimento; identificar as temáticas investigadas sobre a velhice; entender as relações entre os temas investigados e os desafios de ser idoso no século XXI.

Trata-se de uma pesquisa realizada a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, destacando os estudos sobre os processos de envelhecimento. Foi utilizado



como fonte de referência empírica, os Anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, IV Seminário Nacional de Gestão de Políticas Sociais, III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, ocorrido em 2019, configurando também em uma revisão bibliográfica.

O referido congresso é organizado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, em parceria com os Programas de Pós-graduação do Direito e da Geografia, todos instalados na Universidade Estadual de Londrina. O Congresso é realizado a cada dois anos, recebendo congressistas de todas as regiões do Brasil e de países da América Latina. Em 2019, na terceira edição do Congresso, foram apresentados trabalhos completos e resumos expandidos em 12 eixos, abarcando temas, tais como: envelhecimento, relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, as políticas sociais e fluxos migratórios, o direito a cidade, e, o trabalho de assistentes sociais, possibilitando o debate sobre resultados de pesquisa, sistematização de experiências profissionais, demonstrando a atualidade das investigações na área do Serviço Social.

O processo para a realização da coleta de dados desta pesquisa ocorreu da seguinte forma:

1º passo: Identificação dos trabalhos completos publicados nos Anais do Congresso que tratam do tema da velhice e dos processos de envelhecimento. Os descritores utilizados foram: Envelhecimento; Velhice; Cuidados de longa duração; política de atenção aos idosos. A busca pelos trabalhos completos foi realizada mediante o acesso aos Anais do Congresso, disponível no site, por meio do link <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/index.html>

Na Edição de 2019, foram identificados 6 trabalhos que tratavam da temática, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Distribuição dos trabalhos completos por eixo, título e link de acesso

Eixo do trabalho completo	Título do trabalho	Link de acesso
Política social, seguridade social e proteção social	O envelhecimento no Brasil: as políticas protetivas e os aspectos sócio-políticos demográficos em análise.	https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-229619-36081-2019-04-07.pdf
	BPC idoso: garantia de mínimo de mínimos sociais? Uma análise a partir do olhar dos profissionais dos centros de referência de A.S CRAS e	https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230185-35593-2019-04-01.pdf



	instituto de seguro social- INSS de Ponta de Grossa.	
Gestão de políticas sociais	Otimização cognitiva e sensorial no adulto idosos: a experiência no programa universidade aberta à terceira idade da Unioeste/Campus Toledo.	https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230666-36458-2019-04-09-trabalho-2019-trabalho-completo--mem%c3%b3ria-(2).pdf
	A inclusão do adulto no universo tecnológico no programa universidade aberta à terceira idade UNATI na unioeste /Toledo-Paraná: construindo a inclusão digital do idoso.	https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230666-36444-2019-04-09-trabalho-2019-trabalho-completo--inclus%c3%a3odigital.pdf
Direito à cidade.	Envelhecimento urbano e humano: requalificar para o usufruto.	https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-232385-36235-2019-04-08-envelhecimento-urbano-e-humano-requalificar-para-o-usufruto.pdf

Fonte: Anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, 2019

2º passo: Identificar os temas e metodologias utilizadas pelos autores para a formatação do conteúdo apresentado, cujo resultado será apresentado na sequência.

3º realizar coletar as informações contidas nos trabalhos completos referentes a velhice e os processos de envelhecimento

A construção deste artigo foi organizada de modo a responder aos objetivos da pesquisa. Sendo assim, apresenta as reflexões construídas acerca das metodologias utilizadas pelos autores e autoras para a elaboração dos trabalhos publicados e os temas apresentados, deestacando o debate acerca da velhice e dos processos de envelhecimento.

2. As metodologias utilizadas pelos autores dos trabalhos completos

A partir da leitura dos trabalhos completos, identificamos os procedimentos metodológicos utilizados pelos autores e as autoras dos 05 trabalhos publicados nos Anais. Os autores apresentam os objetivos das pesquisas realizadas, destacando

[...] o presente artigo objetiva analisar o envelhecimento sob o prisma de classe social, fundamentalmente, o da classe trabalhadora. (SCORSIM, 2019, p.02)

Fruto de vivências profissionais adquiridas enquanto trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da dedicação no estudo da Gerontologia, suscitou o interesse de investigar sobre essa política de proteção social, buscando analisar se o benefício assistencial ao idoso garante os mínimos sociais aos seus beneficiários. (OLIVEIRA, RODRIGUES, 2019, p. 02)



Observou-se que as pesquisas derivam da relação entre interesses investigativos e a experiência profissional dos autores, demonstrando a importância da produção do conhecimento sobre a população idosa no Brasil.

Aqui se evidencia a indissociabilidade entre as dimensões investigativa e interventiva que consolidam a profissão como área do conhecimento, e como aquela que por meio da análise da realidade e da realização do trabalho nas políticas públicas sociais, responde aos interesses e necessidades dos trabalhadores e das trabalhadoras. A produção do conhecimento é essencial para a qualificação do exercício profissional de assistentes sociais a medida em que atua nas expressões da questão social, necessitando portanto de uma leitura analítica historicamente posicionada, o que requer um constante aprimoramento profissional.

Para facilitar a identificação do modo como os autores elaboraram os trabalhos completos, construímos um quadro contendo as informações sobre os procedimentos metodológicos apresentadas pelos autores e autoras dos trabalhos, destacando a evidência e predominância da pesquisa qualitativa.

Quadro referencial 02: Distribuição dos trabalhos completos pelo procedimento metodológico utilizado pelos autores e autoras.

Procedimentos Metodológicos	Número de trabalhos completos
Pesquisa Quali-quantitativo	01
Pesquisa Bibliográfica	01
Pesquisa Qualitativa	02
Pesquisa Combinada (qualitativa, exploratória, bibliográfica, documental e de campo)	01
Total	05

Fonte: Sistematização realizada pelas autoras, com base nos Anais do Congresso Internacional de Políticas Sociais e Serviço Social do ano de 2019

A partir da leitura dos trabalhos completos. Identificou-se uma variação tanto na forma de abordagem, quanto nos objetivos e nos procedimentos metodológicos, relacionados às fontes usadas para fundamentar as pesquisas executadas pelos autores. Identificou-se também a utilização da pesquisa bibliográfica e documental, associadas ou não a pesquisa de campo envolvendo sujeitos, que compartilham suas experiências e conhecimentos a partir de suas realidades.



realizar uma pesquisa entendendo a realidade social dinâmica, contraditória, histórica e ontológica implica na utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação. (LIMA, MIOTO, 2007, p. 40)

Quanto aos procedimentos metodológicos, todos os autores e autoras utilizam à pesquisa bibliográfica, abarcando a análise de material já publicado, predominando como base, a análise de livros e capítulos de livros, artigos publicados em periódicos, entre outros. Podemos definir a pesquisa bibliográfica como aquela que

[...] possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL apud LIMA, MIOTO, 2007, p. 40)

Os autores e autoras apresentam os caminhos utilizados para a realização da pesquisa, indicando a prevalência da pesquisa qualitativa, evidenciando a importância da pesquisa bibliográfica, como aquela que aproximará o pesquisador do objeto pesquisado, tal como demonstrado abaixo:

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e observacional participante, baseado nos pressupostos do método quanti-qualitativo de investigação, com análise de conteúdo realizada a partir da literatura científica sobre o tema. (MONTEIRO et al, 2019, p.04)

A abordagem da pesquisa escolhida foi a quanti-qualitativa, sendo que este modelo permite ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno e objeto. A pesquisa envolveu levantamentos bibliográficos e documentais, somados a pesquisa de campo quantitativa e qualitativa. (OLIVEIRA, RODRIGUES, 2019, p.08)

Sobre a pesquisa qualitativa, podemos indicar que se ocupa da investigação de temas ou fenômenos sociais que não podem ser quantificados, dada a sua complexidade e formas de aparecer. Ou, no dizer de Minayo (2012),

a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico.” (MINAYO, 2012, p. 626)

O contato direto com o indivíduo ou grupo da pesquisa, que pode ocorrer através de estudo de caso, de observações no cotidiano de determinado grupo/indivíduo, é o que define esse modelo de pesquisa. Martinelli (1999), elucida que a pesquisa qualitativa possibilita reconhecer o tema a partir dos sujeitos, seus modos de viver, de expressar conhecimentos, privilegiando o contato do sujeito pesquisador e do sujeito, cuja experiência de vida pode contribuir para a formulação da investigação e da busca pelo conhecimento do pesquisador. Outra pesquisa abordada em três trabalhos completos, é a pesquisa quali-quantitativa. Observamos a predominância desta pesquisa em trabalhos em que existe uma relação



dinâmica entre o mundo real e os sujeitos da pesquisa, mesclando dados quantitativos e a análise dos fenômenos relacionados ao envelhecimento.

Nota-se que a pesquisa bibliográfica foi utilizada como ponto de partida, para a identificação do tema, além de identificar o que já foi produzido e o que ainda está por pesquisar. É certo afirmar que a pesquisa bibliográfica possibilita a ampliação do conhecimento dos pesquisadores sobre o tema pesquisado.

Já pesquisa documental, é aquela desenvolvida por meio da busca de informações em normativas, leis, relatórios, cartas, material audio visual, jornal, entre outras fontes. Ou seja, na pesquisa documental o documento não precisa necessariamente estar escrito, ele pode variar entre vídeos, fotografias, materiais disponibilizados na internet, ou qualquer fonte que gere uma informação coerente. Contudo, apesar de ser mais acessível e apresentar uma abrangência de fontes informativas “[...] na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70). A coleta de dados, possibilitou a identificação de um trabalho fundamentado nesta pesquisa.

Quanto aos documentos utilizados pelos autores dos trabalhos, destacam-se: os relatórios das pesquisas censitárias, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a PNAD Contínua, as legislações que tratam dos direitos das pessoas idosas, especialmente a Política Nacional do Idoso – lei 8842/1994, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Pessoa Idosa – lei 14423/2022, para citar os mais acessados. Importante salientar, que o conhecimento das normativas que estabelecem o ordenamento das políticas de proteção e cuidados de longa duração direcionadas a população idosa, tem sido essencial para entender a complexidade de envelhecer no capitalismo. O estabelecimento dos direitos da população idosa, a modo como a prestação de serviços deve ser organizada constituem elementos importantes para o planejamento e execução das políticas sociais.

Outro ponto a ser ressaltado refere-se a utilização da internet como ferramenta de busca. Observa-se que a facilidade de acesso a informações disponíveis de forma gratuita em sites, redes sociais, tais como o IBGE, sites de Ministérios, portais de periódicos etc., contribui para facilitar a sistematização de dados, qualificando a elaboração do conhecimento sobre a população idosa.

Em resumo, tanto a pesquisa documental, como a revisão bibliográfica, ambas podem ser construídas a partir de uma abordagem qualitativa. São pesquisas valiosas para a produção de conhecimento em diferentes áreas. Cada uma delas apresenta suas particularidades e requer conhecimentos e habilidades específicos por parte do pesquisador.

Diante do exposto, observou-se a quanto é significativo compreender as pesquisas e os procedimentos metodológicos utilizados pelos pesquisadores, uma vez que possibilita identificar os caminhos percorridos pelos autores e autoras para alcançar os objetivos das



pesquisas produzidas, bem como entender o modo de sistematizar e apresentar o conteúdo pesquisado e os resultados alcançados.

3. - As temáticas apresentadas pelos pesquisadores no Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social

Para promover o debate sobre a velhice e os processos de envelhecimento, se faz necessário abordar o que está sendo pesquisado pelos pesquisadores, em particular na área do Serviço Social, acerca da temática. Neste sentido, o item retrata, a partir dos trabalhos completos selecionados, quais as temáticas que estão sendo estudadas e debatidas em relação à população idosa.

De acordo com dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE referentes ao censo de 2022, indicam que no Brasil, o número de pessoas com idade acima de 60 anos, é composta por 14.225.753 homens e 17.887.737 mulheres, totalizando 15,81% da população. Observa-se que a população idosa vem aumentando gradativamente, tendo em vista que no início da década de 1990, o número de pessoas idosas representava 5,9 % da população brasileira, em 2000 aumentou para 7,3%, chegando em 2010 ao percentual de 8,6%. A estimativa de que 2025 o Brasil chegaria a um total aproximado de 32 milhões (IBGE, 2014), se tornou realidade em 2022, uma vez que a contagem populacional revelou que o total de pessoas idosas é de 32.113.490. Ter acesso aos dados populacionais possibilita entender o envelhecimento humano, e como o processo de longevidade ganha visibilidade no Brasil. Um aspecto importante a se destacar é que o Brasil segue a tendência mundial do envelhecimento ser predominantemente feminino, o que interfere no direcionamento das políticas que devem se voltar a investir nas relações de convivência sociofamiliar e nos cuidados executados no ambiente doméstico, tarefa comumente assumida pelas mulheres. Para Oliveira, Rodrigues (2019, p. 12), “[...] considera-se o envelhecimento populacional como um avanço, entretanto, traz consigo uma série de desafios a serem enfrentados através de políticas públicas ao Estado”.

A partir das pesquisas do IBGE, observa-se a tendência da população brasileira ao envelhecimento, o que nos leva a crer que as demandas em relação à pessoa idosa, direcionadas ao assistente social, já são observáveis no cotidiano de trabalho, tendem a crescer gradativamente.

Observou-se nos trabalhos estudados que os autores partem dos dados populacionais e das questões biológicas para explicar a velhice.

O debate sobre o envelhecimento populacional segue duas grandes vertentes: a primeira considera os avanços científicos e tecnológicos que ampliam a longevidade



dentro de um processo natural do ciclo de vida e uma segunda que o situa nos marcos dos contextos sócio-históricos, políticos e econômicos das sociedades analisadas e, desse modo, desnaturaliza-se a idéia de que o envelhecimento ocorre de modo linear e homogêneo. (SCORSIM, 2019, p. 02)

A partir dos estudos durante o curso de Gerontologia, verificou-se que no século XX ocorreram mudanças demográficas e epidemiológicas, que resultaram num fenômeno nunca antes experimentado no mundo e que vem crescendo cada vez mais. Segundo o IBGE – PNAD Contínua (2018) a população brasileira vem mantendo a tendência de envelhecimento dos últimos anos. De 2012 a 2017 ganhou 4,8 milhões de idosos, tendo superado a marca dos 30,2 milhões em 2017. (IBGE – PNAD Contínua, 2018). (OLIVEIRA, RODRIGUES, 2019, p.01)

As mudanças biológicas associadas ao envelhecimento tornam o indivíduo mais frágil e, assim, propenso a desenvolver doenças que podem atuar direta ou indiretamente, comprometendo suas capacidades cognitivas. O declínio cognitivo, de fato, ocorre com o processo de envelhecimento, interferindo negativamente até nas atividades mais simples do cotidiano do adulto idoso, mas hoje sabemos pelas pesquisas recentes de neurologistas que não é inevitável. (ODORIZZI, LOPES, 2019, p. 02)

Entendemos que a demografia e a biologia não são suficientes para explicar a complexidade de envelhecer na sociedade capitalista. Os dados demográficos nos possibilitam identificar numericamente a população idosa, bem como a sua distribuição no território brasileiro. Os dados biológicos, possibilitam identificar os processos de degenerescência, a perda progressiva da autonomia e a longevidade.

Diante da complexidade que é entender a velhice e os processos de envelhecimento, e a medida em que a longevidade é uma realidade perceptível no Brasil, faz-se necessário analisar a condição econômica, social e familiar da população idosa, identificando sua condição de classe, as possibilidades de construção da convivência familiar, comunitária e social, o provimento e o acesso aos serviços prestados pelas políticas sociais, entre outros fatores. Este modo de analisar a velhice pressupõe entender que há diferentes processos de envelhecimento, tal como referencia a Gerontologia Social Crítica, ao analisar a velhice no capitalismo, construindo uma crítica a estrutura classista e desigual própria da sociabilidade do capital. No capitalismo a população idosa “[...] por não se constituir em mão de obra apta para o trabalho, é desvalorizado e abandonado pelo Estado e pela sociedade. A miséria e exclusão que acompanham vastos segmentos da população brasileira se tornariam mais amargas na velhice.” (DEBERT, 2012, p. 199-200)

Os autores e as autoras dos trabalhos discutem o processo de envelhecimento a partir da condição de classe, raça e gênero, reconhecendo a desigualdade social que fundamenta a sociedade do capital.

considera que o processo de envelhecimento polariza-se nas relações de classe, ou seja, o envelhecimento da classe trabalhadora é profundamente desigual ao da classe burguesa, em se tratando de uma sociedade capitalista, como é o caso brasileiro. (SCORSIM, 2019, p. 02)



Partindo desse pensamento, Pereira (2005, p. 244), discorre que “por ser uma profissão que atua com constantes interações com as políticas e os direitos sociais, o Serviço Social não pode ficar alheio a tematização do fenômeno do envelhecimento”.

A partir da afirmação da autora, compreendemos que o envelhecimento é um fenômeno complexo, que tem influência direta nas políticas e nos direitos sociais, especialmente no que se refere aos direitos da pessoa idosa. Dessa forma, é importante que o Serviço Social esteja engajado na tematização do fenômeno do envelhecimento, preparado para o desenvolvimento de políticas públicas e ações que promovam a proteção social, os cuidados e a qualidade de vida das pessoas idosas.

Os temas discutidos pelos autores e autoras dos trabalhos completos, contemplam uma diversidade de assuntos, indicando que só poderemos construir um debate acerca da condição da população idosa, se analisarmos a referida população a partir de sua condição de classe, raça e relações de gênero, principalmente entendendo os processos do envelhecimento como parte de um fenômeno heterogêneo, marcado pela desigualdade que estrutura a sociedade do capital.

Todos abordam os processos de envelhecimento, o que nos leva a crer na importância das temáticas para a construção de um debate amplo sobre a velhice. Os 05 trabalhos completos investigam a concepção de velhice e processos de envelhecimento, a política de educação, com foco na Universidade aberta à terceira idade e a política de habitação, com ênfase no acesso urbano e da condição das moradias para os idosos e o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Os autores apresentam uma contextualização histórica sobre as políticas para a população idosa, desde a Política Nacional do Idoso, lei 8.842 de 04/01/1994 até chegar ao Estatuto do Idoso, promulgado em 2003, bem como a sua atualização em 2022. O papel de quem promove o cuidado direcionado à pessoa idosa é colocado em pauta, destacando a função da família e do Estado.

As legislações e normativas que regulam as políticas voltadas à população idosa, tais como a Política Nacional para o Idoso, lei 8.842 de 04 de janeiro de 1994, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, Portaria Nº 2.528 de 19 de outubro de 2006 e o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei n 14.423, promulgada em 2022, estabelecem os direitos e o direcionamento das políticas voltadas ao atendimento a população idosa, bem como seu caráter protetivo e de cuidados de longa duração.

Na maioria das vezes, as determinações estabelecidas nas legislações não são colocadas em prática nem pelo Estado ou mesmo pela sociedade. Enfatizamos que a promoção e a efetivação de políticas públicas e sociais são ferramentas poderosas para o aumento da longevidade.



Contudo, pontos fomentados pelos autores/as dos trabalhos completos estudados, nos revelam que as políticas sociais, as instituições e os serviços não estão prontos para atender as demandas da população idosa, resultado da defasagem e cortes dos recursos disponibilizados pelo governo federal. É como esclarece Pereira (2005)

[...] os governos têm diminuído o seu compromisso com a efetivação de direitos sociais, seja elevando a idade para o acesso a aposentadorias, seja aumentando a carga tributária dos contribuintes ou, ainda, reduzindo o raio da proteção social pública, optando por políticas sociais focalizadas[...]. (PEREIRA, 2005, p.246)

Entretanto, são exigidas respostas do governo para o atendimento das demandas, desde o aumento do repasse de recursos financeiros, a ampliação do alcance dos serviços, bem como o estabelecimento de uma política que abarque os cuidados de longa duração em uma perspectiva protetiva.

Um dos temas tratado nos trabalhos completos é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na CF/ 1988, no art. 203, e regulamentado pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no artigo 2, e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; configurando-se como o primeiro mínimo social garantido constitucionalmente aos brasileiros. O referido trabalho discute a proposta de alteração da idade para recebimento do BPC, posicionando de forma crítica quando afirma

o BPC é um benefício assistencial e não previdenciário, pois é garantido a pessoa incapaz de prover suas necessidades, que deverá comprovar sua condição de necessitado durante o pleito. O idoso requerente já se encontra vulnerável de diferentes formas devido a sua história de vida e a mudança no critério de idade viria a penalizar aqueles que mais necessitam da assistência do Estado. (OLIVEIRA, RODRIGUES, 2019, p. 08)

Os autores ressaltam a necessidade de tomar como referência as condições de vida, as necessidades experienciadas pela população idosa, a partir da condição de classe, raça e gênero, que incidem diretamente nos processos de envelhecimento.

A partir da promulgação da PNAS (2004), são estabelecidos os serviços socioassistenciais na proteção básica e na proteção especial. A referida política, estabelece que a pessoa idosa será atendida e,

Para o encaminhamento do idoso ao Serviço é necessário priorizar àqueles beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programas de Transferência de Renda (PTR), idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço (BRASIL, 2009).

É preciso se atentar na importância de atender às diversas demandas da população idosa para garantir um envelhecimento com qualidade. De fato, a efetivação das políticas



sociais não pode ser compreendida apenas sob a ótica dos serviços sociais, mas como um conjunto de experiências que envolvem a qualidade de vida em diversos aspectos.

Ainda é muito escasso o acesso da pessoa idosa à educação pública, a desvalorização da pessoa idosa pelo sistema capitalista e conseqüentemente pela sociedade, é um dos fatores determinantes para esse distanciamento, que vê a pessoa idosa como improdutivo. É o que nos esclarece Oliveira (2015),

A educação ocupa papel fundamental na formação crítica do idoso, para que tenha condições de manter-se ativo e consciente da sua própria velhice. Por meio da ação pedagógica que se oportuniza uma maior inserção social, além da formação da pessoa idosa, enquanto ator social, mobilizado em rede, terá possibilidade de articulação, passará a exigir mais respeito, dignidade e um compromisso sociopolítico a propósito dos seus direitos. (OLIVEIRA, 2015, p.05)

A partir das afirmações compreendemos que a educação é fundamental para a manutenção da autonomia e da capacidade cognitiva da população idosa, mesmo aquela que já desenvolveu um certo grau de dependência. Além disso, a educação pode contribuir no combate a exclusão social e a solidão, proporcionando a interação social, o desenvolvimento de vínculos, a valorização de seu passado e de conscientização sobre seu presente e a oportunidade de aprender novos conhecimentos. Ou seja, a educação como possibilidade da pessoa idosa se reconhecer como sujeito de direitos.

Na década de 90, as universidades públicas promovem o acesso das pessoas idosas a educação, através das Universidade Aberta da Terceira Idade - Unati

As universidades da terceira idade são programas de educação permanente de caráter universitário e multidisciplinar voltados aos adultos maduros e idosos. Tem como pressuposto a noção de atividade promove a saúde, o bem-estar psicológico e social e a cidadania dessa clientela genericamente chamada de terceira idade. (CACHIONI, 2005, p. 207).

As ações e atividades desenvolvidas nas UNATI resultam em um processo de reconhecimento da condição de ser sujeito, de recuperação do seu lugar social, por vezes negado em uma sociedade que valoriza o trabalhador que trabalha. Os artigos demonstram que a criação de espaços de escuta qualificada, de compartilhamento de saberes e troca de experiências tem se mostrado como essencial, contribuindo para o prolongamento da autonomia e independência de pessoas idosas.

Outro trabalho abordou questões relacionadas à acessibilidade da pessoa idosa. A acessibilidade atende uma variedade de necessidades, tornando possível uma maior autonomia e independência da pessoa idosa. Entende-se a autonomia, como a capacidade do indivíduo de desfrutar dos espaços e elementos espontaneamente, segundo sua vontade, como a capacidade de transitar nos espaços privados e públicos, sem precisar de ajuda. Assim, é possível identificar que as cidades precisam de um planejamento que atenda às



necessidades da população idosa, diminuindo as barreiras arquitetônicas e ambientais, contribuindo para a preservação do direito de ir e vir, de acesso, deslocamento e locomoção de pessoas idosas. Destaca-se também a ausência de adaptação das unidades habitacionais, contribuindo para o risco de quedas principalmente entre pessoas idosas que moram sozinhas.

As legislações que tratam das políticas direcionadas à população idosa defendem a importância da autonomia da pessoa idosa, sua independência tanto nos cuidados, quanto a capacidade de decidir sobre a sua própria vida, gerir seus recursos econômicos, preservando sua capacidade de ir e vir. Determinam que o Estado, a sociedade e a família, são responsáveis pela proteção da pessoa idosa, como estabelecido no Estatuto da Pessoa Idosa, no art. 3:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

O Estatuto da pessoa idosa não evidencia como será dividida a responsabilidade entre Estado, família e sociedade. Observa-se que a família assume a maior parte das responsabilidades sobre o cuidado direcionado à pessoa idosa. A partir do processo de degenerescência, a família recorre as ILPIs, como um espaço de acolhimento e cuidado direcionado a pessoa idosa. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p. 31), estabelece que

as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) devem proporcionar acolhimento para idosos de ambos os sexos que sejam independentes ou que tenham algum tipo de dependência, em período integral e contínuo, garantindo “privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, etnia, religião, gênero e orientação sexual”.

Por conseguinte, compreendemos que os temas apesar de distintos e diversos, estão interligados, ou seja, para a construção efetiva de uma qualidade de vida para a pessoa idosa, que a possibilite acessar os seus direitos, é preciso um debate conciso sobre a velhice e os processos de envelhecimento.

Considerações Finais

A leitura e estudo dos trabalhos completos publicados nos Anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, foi possível identificar que os estudos sobre a velhice e o envelhecimento carecem de uma abordagem que abarque dados para além da demografia. Neste sentido, é fundamental que assistentes sociais se apropriem dos



fundamentos da gerontologia social crítica, que amplia as possibilidades de analisar o lugar social ocupado pela população idosa no Brasil e no mundo. Outro ponto a ser destacado é que a longevidade implicará na necessidade de investimentos por parte do Estado, quer seja no estabelecimento de uma política de cuidados de longa duração, quer seja no fortalecimento de políticas e programas que se configurem em uma rede de prestação de serviços que atenda das necessidades da população idosa. Neste sentido é importante ressaltar o direcionamento dados pelos gestores públicos as políticas sociais voltadas ao atendimento das pessoas idosas, visto que sua implantação caminha a passos ágeis quando se trata da população idosa ativa e em um ritmo mais lento para as pessoas idosas dependentes. Outro aspecto importante é a realização da prestação de serviços voltadas aos cuidados de longa duração, envolvendo as diversas políticas, tais como saúde, educação, previdência, assistência social e habitação, configurando-se como uma política de caráter intersetorial.

Em suma, todos os temas levantados nos trabalhos completos são de extrema importância para a construção do entendimento sobre a velhice e os processos de envelhecimento na sociedade brasileira, bem como a necessidade do planejamento e da execução de políticas protetivas alicerçadas na perspectiva de cuidados de longa duração.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf Acesso: 03 set. 2022

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o **Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Presidência [da] República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 1º out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso: 21 ago. 2022

BRASIL. Lei n. 14.423, de 22 de julho de 2022. **Altera a Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm#art1. Acesso: 21 ago. 2022.

BRASIL. IBGE. Características dos domicílios: **CENSO 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

CACHIONI, M. Universidade da Terceira Idade. In A. L. Neri (Org.) **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas: Alínea, p. 207-210, 2005.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do Envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.

ESCORSIM, S. M. O envelhecimento no Brasil: as políticas protetivas e os aspectos sócio-políticos-demográficos em análise. In: Anais III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA



AMBIENTAL. Londrina: UEL. 2019. Disponível em:
<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-229619-36081-2019-04-07.pdf>

LIMA, T. C. S., MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katálisis: Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso:30 mar. 2023

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, M C S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, 17 (3), 621 – 626, 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 30 mar. 2023

MONTEIRO, L. C. A.; SILVA, N. M; PORTES, F. A; GONÇALVES, L. M.; OLIVEIRA, C. M. Envelhecimento urbano e humano: requalificar para o usufruto. In: Anais III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Londrina: UEL. 2019. Disponível em:
<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-232385-36235-2019-04-08-envelhecimento-urbano-e-humano-requalificar-para-o-usufruto.pdf>

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, R. C. S. A educação na terceira idade: conhecimentos a partir da análise das produções (2003-2013). **Seminário de pesquisa do PPE**, 2015, Maringá - PR.

PEREIRA, Potyara A P. Formação em serviço social, política social e o fenômeno do envelhecimento. **Ser Social**, Brasília: UnB, n. 21, p. 241-257, j u h./d e z. 2007. Disponível em:
https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12742/11143 Acesso: 21 nov. 2022

ODORIZZI, R.; LOPES, M. A.; MARCELO, M. C. de A.; TOMADON, L. M.; BARREIRO, F. L. A Inclusão do Adulto Idoso no Universo Tecnológico no Programa Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI na Unioeste/Campus de Toledo – Paraná: Construindo a inclusão digital do Idoso. In: Anais III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Londrina: UEL. 2019. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230666-36444-2019-04-09-trabalho-2019-trabalho-completo--inclus%c3%a3odigital.pdf>

ODORIZZI, R.; LOPES, M. A. Otimização Cognitiva e Sensorial no Adulto Idoso: A Experiência no Programa Universidade Aberta à Terceira Idade da Unioeste/Campus de Toledo-PR. In: Anais III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Londrina: UEL. 2019. Disponível em: [https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230666-36458-2019-04-09-trabalho-2019-trabalho-completo--mem%c3%b3ria-\(2\).pdf](https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230666-36458-2019-04-09-trabalho-2019-trabalho-completo--mem%c3%b3ria-(2).pdf)

OLIVEIRA, T. F.; RODRIGUES, V. E. R. BPC Idoso: garantia de mínimos sociais? Uma análise a partir do olhar dos profissionais dos centros de referência de assistência social – CRAS e Instituto Nacional de Seguro Social - INSS de Ponta Grossa/PR. In: Anais III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Londrina: UEL. 2019. Disponível em:
<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230185-35593-2019-04-01.pdf>